

Relatório da Administração

O Representante Legal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 24 de agosto de 2015.

Hélio Lima Magalhães - Representante Legal

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
A T I V O				P A S S I V O			
Circulante		5.192.858	3.283.600	Circulante		3.623.119	1.775.644
Disponibilidades	4	88	998	Relações interfinanceiras		-	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.152.805	1.557.047	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	2
Aplicações em operações compromissadas		133.389	207.453	Relações interdependências		59	1.038
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.006.758	1.340.442	Recursos em trânsito de terceiros		59	1.038
Aplicações em moedas estrangeiras		12.658	9.152	Obrigações por empréstimos		81	88
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		334.368	332.677	Empréstimos no exterior		81	88
Instrumentos financeiros derivativos	7	37.209	66.948	Obrigações por repasses do exterior		1.641.082	279.585
Vinculados à prestação de garantias	6	297.159	265.729	Repasses do exterior	14	1.641.082	279.585
Relações interfinanceiras		1.607.306	1.317.619	Instrumentos financeiros derivativos		74.948	74.380
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	2	Instrumentos financeiros derivativos		74.948	74.380
Créditos vinculados		61	55	Outras obrigações		1.906.949	1.420.551
Depósitos no banco central		-	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		96	153
Correspondentes no país	25	1.607.245	1.317.562	Sociais e estatutárias		200.612	12
Operações de crédito		50.175	40.242	Fiscais e previdenciárias	15	74.970	69.011
Operações de crédito - Setor privado		50.379	40.288	Diversas	16	1.631.271	1.351.375
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(204)	(46)	Não circulante		133.753	142.275
Outros créditos		46.487	33.616	Instrumentos financeiros derivativos		68.829	7.635
Rendas a receber		2.426	9.024	Instrumentos financeiros derivativos	7	68.829	7.635
Crédito tributário	9	25.648	4.663	Outras obrigações		64.738	134.197
Diversos	10	18.413	19.929	Fiscais e previdenciárias	15	383	358
Outros valores e bens		1.629	1.401	Diversas	16	64.355	133.839
Despesas antecipadas		1.629	1.401	Resultados de exercícios futuros		186	443
Não circulante		480.138	285.712	Resultados de exercícios futuros		186	443
Realizável a longo prazo		449.798	255.149	Patrimônio líquido		1.916.124	1.651.393
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		69.109	7.620	Capital social		1.057.700	1.057.700
Instrumentos financeiros derivativos	7	69.109	7.620	Reserva de capital		249	249
Outros créditos		380.689	247.529	Reserva de lucros		693.506	534.291
Crédito tributário	9	122.891	-	Ajustes de avaliação patrimonial		(6.660)	(6.882)
Diversos	10	257.798	247.529	Lucros acumulados		171.329	66.035
Permanente		30.340	30.563				
Investimentos		1.562	1.562				
Outros investimentos		1.562	1.562				
Imobilizado de uso		28.778	29.001				
Imóveis de uso		66.197	66.197				
Gastos de organização e expansão		56.810	56.810				
Outras imobilizações de uso		14.857	14.857				
Depreciações acumuladas		(109.086)	(108.863)				
Total do ativo		5.672.996	3.569.312	Total do passivo		5.672.996	3.569.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014	Exercícios	2015	2014
Receitas da intermediação financeira		152.635	74.171			
Operações de crédito	8.g	30.647	15.087			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		145.408	86.989			
Resultado de operações de câmbio		(25.170)	(27.180)			
Despesas da intermediação financeira		1.750	(634)			
Operações de empréstimos e repasses		(8.511)	(18.454)			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	(203)	20			
Resultado bruto da intermediação financeira		143.921	55.377			
Outras receitas/(despesas) operacionais		108.543	58.225			
Receitas de prestação de serviços	19	41.788	33.261			
Despesas de pessoal		(4.842)	(5.957)			
Outras despesas administrativas	20	(13.316)	(11.343)			
Despesas tributárias		(10.883)	(7.298)			
Outras receitas operacionais	21	102.964	55.690			
Outras despesas operacionais	21	(7.168)	(6.128)			
Resultado operacional		252.464	113.962			
Resultado não operacional		1.697	1.600			
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		254.161	115.562			
Provisão para imposto de renda e contribuição social		(73.806)	(46.042)			
Provisão para imposto de renda		(32.284)	(20.498)			
Provisão para contribuição social		(19.377)	(12.307)			
Ativo fiscal diferido		(22.145)	(13.237)			
Participações no lucro - Empregados		(9)	(9)			
Lucro líquido		180.346	69.511			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014	Exercícios	2015	2014
Atividades operacionais						
Lucro líquido		180.346	69.511			
Ajustes ao lucro líquido		22.433	13.355			
(Reversão)/aumento de provisão para créditos de liquidação duvidosa		203	(20)			
Amortização e depreciação	20	85	138			
Imposto diferido		22.145	13.237			
Variações em ativos e passivos		1.548.276	(548.003)			
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		-	(457.697)			
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		32.111	14.831			
Redução em repasses interfinanceiros e interdependências		197.856	758.586			
Redução em operações de crédito		122.365	304.111			
(Aumento)/redução em outros créditos		15.198	(8.379)			
(Aumento) em outros valores e bens		(442)	(393)			
(Redução)/aumento em obrigações por empréstimos e repasses		1.449.656	(377.115)			
(Redução) em outras obrigações		(268.108)	(777.921)			
(Redução) em resultado de exercícios futuros		(360)	(4.026)			
Caixa líquido (aplicado)/originado em atividades operacionais		1.751.055	(465.137)			
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		1.751.055	(465.137)			
Modificações na posição financeira						
Início do período		1.401.838	1.565.485			
Fim do período		3.152.893	1.100.348			
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		1.751.055	(465.137)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social realizado	Reserva de capital	Reservas de lucros legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.057.700	249	69.229	461.586	(6.882)	1.581.882	3.186.784
Lucro líquido		-	-	-	-	69.511	69.511	139.021
Destinações:								
Reservas	18	-	-	3.476	-	(3.476)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014		1.057.700	249	72.705	461.586	(6.882)	66.035	1.651.393
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.057.700	249	88.713	595.776	(6.660)	1.735.778	3.483.977
Lucro líquido		-	-	-	-	180.346	180.346	345.124
Destinações:								
Reservas	18	-	-	9.017	-	(9.017)	-	-
Saldos em 30 de julho de 2015		1.057.700	249	97.730	595.776	(6.660)	171.329	1.916.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo a prática de todas as operações permitidas aos Bancos Comerciais, inclusive as de câmbio.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 24 de agosto de 2015.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

i. Hedge de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados;

ii. Hedge de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados da parcela efetiva do hedge, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil, os saldos devedores apresentados por contas de resultado de natureza credora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre operações de crédito, são reclassificados para a rubrica "Outras despesas operacionais".

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações é comparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de end

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2014			
	Exposição no balanço patrimonial		Passivo	
Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos de NDF	1.603	-	(43)	(35)
Pessoas jurídicas	1.603	-	(43)	(35)
Contratos de swaps	2.725.146	76.834	74.568	(85.807)
Instituições financeiras	-	-	-	-
- Ligadas (nota 23)	2.497.000	68.481	60.405	(80.392)
Outras entidades ligadas	-	-	-	-
- Exterior (nota 23)	56.802	-	(923)	(7.620)
Instituições financeiras - Oficiais	56.802	923	7.620	-
Pessoas jurídicas	114.542	7.430	6.543	(4.492)
Total	2.726.749	76.834	74.568	(85.850)

O valor referencial dos contratos de derivativos registrados na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos montam R\$ 2.403.569 (2014 - R\$ 2.726.749) e na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros montam R\$ 420.000.

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
Contratos	-	-
Swap	(57.194)	(27.144)
NDF	32.024	(36)
Total	(25.170)	(27.180)

8 | Carteira de crédito**a) Composição da carteira de crédito por produto**

	2015	2014
Operações de crédito	50.379	40.288
Empréstimos e títulos descontados	5	1.038
Financiamentos	50.374	39.250
Total de operações de crédito	50.379	40.288
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(204)	(46)
Total de operações de crédito	50.175	40.242

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	Comércio	Indústria	Pessoas físicas	Total	Provisão
AA	-	41.334	-	41.334	-
A	-	3.359	-	3.359	(33)
B	5.681	-	-	5.681	(170)
C	-	-	5	5	(1)
D	-	-	17	17	(2)
Total	5.681	44.693	5	50.379	(204)

Nível de risco	Indústria	Pessoas físicas	Total	Provisão
AA	36.603	-	36.603	(13)
A	2.647	-	2.647	(31)
C	1.021	-	1.021	(2)
D	17	17	34	(2)
Total	40.271	17	40.288	(46)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	41.334	-	41.334	82,05	-	-	-	-
A	1.223	2.136	3.359	6,67	1,00	(12)	(21)	(33)
B	5.681	-	5.681	11,27	3,00	(170)	-	(170)
C	5	-	5	0,01	10,00	(1)	-	(1)
Total	48.243	2.136	50.379	100,00		(183)	(21)	(204)

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Total da provisão	%	Nível de provisão
AA	36.603	36.603	90,85	-	-	-	-	-
A	2.647	2.647	6,57	0,50	(13)	(13)	50,00	(13)
C	1.021	1.021	2,53	3,00	(31)	(31)	100,00	(31)
D	17	17	0,04	10,00	(2)	(2)	100,00	(2)
Total	40.288	40.288	100,00		(46)	(46)		(46)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2015	2014
Vencidos há mais de 14 dias	2.136	-
A vencer até 90 dias	44.184	22.105
De 91 a 360 dias	4.059	18.183
Total	50.379	40.288

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2015	2014
10 maiores devedores	10,87	10,87
20 seguintes maiores devedores	14,002	11,403
Demais devedores	5,477	10,87
Total	50,379	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Crédito com características de concessão de crédito	-	-
Saldo inicial	(1)	(66)
Reversões/(constituições)	(203)	20
Saldo final	(204)	(46)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	41	34
Não houve renovações e créditos baixados para prejuízo nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014	-	-

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2015	2014
Empréstimos	-	53
Financiamentos	30.606	15.000
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	41	34
Total	30.647	15.087

9 | Créditos tributários**a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda**

	Saldo em 31/12/2014	Realização	Saldo em 30/06/2015
Prejuízo fiscal	101.861	(13.841)	88.020
Total	101.861	(13.841)	88.020

	Saldo em 31/12/2013	Realização	Saldo em 30/06/2014
Prejuízo fiscal	11.696	(8.791)	2.905
Total	11.696	(8.791)	2.905

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2014	Realização	Saldo em 30/06/2015
Base negativa de contribuição social	68.823	(8.304)	60.519
Total	68.823	(8.304)	60.519

	Saldo em 31/12/2013	Realização	Saldo em 30/06/2014
Base negativa de contribuição social	7.032	(5.274)	1.758
Total	7.032	(5.274)	1.758

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Prejuízo fiscal	15.925	17.163	19.696	21.652	13.584
Total	15.925	17.163	19.696	21.652	13.584

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Prejuízo fiscal	1.925	2.005	2.905	2.905	2.905
Total	1.925	2.005	2.905	2.905	2.905

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Base negativa de contribuição social	9.723	10.479	12.026	13.220	15.071
Total	9.723	10.479	12.026	13.220	15.071

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Base negativa de contribuição social	7.032	7.032	7.032	7.032	7.032
Total	7.032	7.032	7.032	7.032	7.032

O valor presente dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, monta R\$ 107.468 (2014 - R\$ 4.205) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários não constituídos sobre base negativa de contribuição social e diferenças temporárias totalizam R\$ 100.692 em 30 de junho de 2015 (2014 - R\$ 279.228).

10 | Outros créditos - Diversos

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	-	257.798	-	247.529
Impostos e contribuições a compensar	17.297	-	11.141	-
Adiantamentos e antecipações	68	-	133	-
Pagamentos a ressarcir	1.001	-	924	-
Diversos	47	-	7.311	-
Total	18.413	257.798	19.929	247.529

11 | Investimentos

Os investimentos são compostos, basicamente, por participação societária na Tecnologia Bancária S.A. - Tecban, no valor de R\$ 1.287 (2014 - R\$ 1.287) avaliado pelo custo de aquisição.

12 | Imobilizado de uso

	2015			2014		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Terrenos	28.618	-	28.618	-	-	-
Edificações	37.579	(37.579)	-	-	-	-
Móveis e equipamentos de uso	1.469	(1.469)	-	-	-	-
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)	-	-	-	-
Sistemas de comunicação - equipamentos	2.386	(2.386)	-	-	-	-
Sistemas de segurança	5.995	(5.995)	-	-	-	-
Instalação e adaptação de dependências (1)	52.398	(52.015)	383	-	-	-
Benefícios em imóveis de terceiros (1)	30	(30)	-	-	-	-
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logísticos (1)	4.382	(4.382)	-	-	-	-
Total	137.864	(108.863)	29.001	29.001	(29.001)	29.001

(1) Para fins de publicação o saldo do ativo diferido foi classificado em imobilizado de uso.

13 | Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações referem-se a empréstimos obtidos para repasses a clientes locais. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial e a juros do mercado externo que variam de 0,39% a 0,58% ao ano (2014 - de 0,23% a 0,47% ao ano).

	2015		2014	
	De 3 a 12 meses	Total	Total	Total
Repasses do exterior	-	-	-	-
Vinculados a repasses a mutuários	45.270	45.270	38.102	38.102
Vinculados a títulos federais	1.595.812	1.595.812	241.483	241.483
Total	1.641.082	1.641.082	279.585	279.585

14 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	38.093	-	32.806	-
Impostos e contribuições a recolher	1.034	-	1.221	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	-	-	940	-
Provisão para riscos fiscais (nota 17)	35.843	383	34.044	358
Total	74.970	383	69.011	358

(1) Provisão para impostos e contribuições diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação e dos instrumentos financeiros derivativos.

15 | Outras obrigações - Diversas

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 17)	832	64.355	1.730	133.839
Credores diversos - Banco mandatário (1)	1.607.245	-	1.317.530	-
Provisão de plano médico - Benefício pós-emprego (2)	13.529	-	14.748	-
Provisão para pagamentos a efetuar (3) (nota 25)	9.186	-	16.361	-
Diversas	479	-	1.006	-
Total	1.631.271	64.355	1.351.375	133.839

(1) Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes à Entidade, para administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.

(2) Refere-se ao déficit do benefício pós-emprego do Plano Médico de Benefício Definido administrado pela Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada.

(3) Refere-se a valores de provisão referentes ao bônus e férias a serem pagos aos funcionários.

16 | Passivos contingentes e obrigações legais**a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza**

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para riscos fiscais (1)	35.843	383	34.044	358
Provisão para contingências trabalhistas (1)	736	519	18	1.367
Provisão para contingências cíveis (1)	96	63.836	1.712	132.472
Total	36.675	64.738	35.774	134.197

(1) Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Entidade tem constituído provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente, pelos seguintes casos:

• **Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 26.717 (2014 - R\$ 25.290)** - Trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% da contribuição ao INSS para instituições financeiras. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal (Lei nº 11.941/2009). Aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente.

• **Cível - Ação indenizatória - R\$ 8.484 (2014 - R\$ 86.910)** - Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de 2ª instância favorável à Entidade.

• **Contingências classificadas como risco de perda possível**

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada

...Continuação

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa;
- (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- (iii) avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 06 vezes no período de 1º de janeiro de 2015 à 24 de agosto de 2015, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação,

integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

- b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções.
- c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- d. Em atendimento a Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e Circulares nº 3.501/10 e nº 3.503/10, do Banco Central do Brasil, o Comitê de Auditoria analisou:
 - (i) Os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank;
 - (ii) Os relatórios do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria; e
 - (iii) Relatórios preparados pelos auditores internos e externos a respeito da adequação da estrutura de Ouvidoria.

Constatou que a estrutura de Ouvidoria está compatível com a natureza e complexidade dos seus produtos e serviços.

Em sessão realizada em 24 de agosto de 2015, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015, (ii) dos assuntos de destaque do período, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 24 de agosto de 2015

Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas do Citibank, N.A. - Filial Brasileira São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC 1MG077045/O-0 T SP